

ATA NÚMERO VINTE E CINCO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2023

Aos dez dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e três, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Maria Luísa Dias Gomes, Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadores. Alexandre Filipe Fernandes Lote, Vereador, devidamente convocado para o efeito, encontrava-se ausente por motivos devidamente justificados. -----

Secretariou a reunião Cristina Maria Almeida Flor, Técnica Superior. -----
Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dezassete horas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes informou que uma comitiva de idosos de Fornos de Algodres participou na VII edição das Olimpíadas Seniores "Olimpycs4All", entre 2 e 4 de outubro, em Viana do Castelo, a convite do referido Município. O Município de Fornos de Algodres fez-se representar de 23 alunos do Projeto Fornos Vida, que tiveram a possibilidade de entrar em ação em diversas modalidades, referiu. A iniciativa contou com a participação de cerca de 400 idosos, oriundos dos concelhos do distrito de Viana do Castelo e de dois concelhos estrangeiros, um espanhol e um italiano. -----

O Senhor Presidente informou que o BUPI (Balcão Único do Prédio) estava previsto terminar no corrente ano, contudo, irão submeter nova candidatura à Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela para dar continuidade a esse projeto, uma vez que ainda há trabalho por realizar. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues alertou novamente para o facto de se continuarem a verificar atrasos nos transportes escolares, nomeadamente no autocarro que vem da zona de Vila Soeiro do Chão. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes afirmou não terem recebido qualquer tipo de reporte nesse sentido por parte do Agrupamento de Escolas, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referido que talvez se deva ao facto de os professores não marcarem falta, visto conhecerem a justificação. A Senhora Vereadora Luísa Gomes referiu ainda que iria contactar o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas no sentido de esclarecer a situação. -----

Interveio a Senhora Vereadora Cristina Guerra para referir que teve conhecimento de que o grupo de trabalho do BUPI (Balcão Único do Prédio) se tem deslocado às freguesias do concelho no sentido de agilizar o processo,

expressando a opinião de que, se vai decorrer durante mais um ano, se devem intensificar essas deslocações porque são uma mais-valia para quem tem dificuldade em identificar os terrenos e por forma a concluir o processo com sucesso. -----

Prosseguiu, referindo que na última Assembleia Municipal o Senhor Presidente disse que nessa mesma manhã, o Órgão Executivo tinha aprovado sem ser por unanimidade, o projeto referente aos Bairros Digitais. Mais disse ter-se realizado o projeto em consórcio com o NERGA, que mereceu, de igual modo, a aprovação no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), o qual não foi presente. O que nessa manhã veio para deliberação foi apenas e só a minuta de contrato de consórcio com o NERGA, pelo que o seu voto de vencido teve toda a pertinência. -----

Relativamente à Escola EB1 de Figueiró da Granja afirmou estranhar que os trabalhos complementares a mais números oito e treze não tenham vindo a esta reunião, já que tinham de ser formalizados por escrito, solicitando o mesmo. -----

O Chefe de Divisão de Administração Geral esclareceu que esses documentos não precisam vir à reunião porque o valor de adjudicação é inferior a 149.639,37 € e o Senhor Presidente da Câmara tem competência para realizar despesa até esse valor. -----

Relativamente à Zona Industrial de Juncais a Senhora Vereadora Cristina Guerra solicitou de forma clara e inequívoca qual o ponto de situação, uma vez que na página cinco da declaração de Impacto Ambiental é referido que o projeto não é compatível, em termos de uso, com o PDM (Plano Diretor Municipal) de Fornos de Algodres atualmente em vigor, questionando se a Câmara Municipal aprovou um projeto de execução que viola o PDM. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal referiu que o projeto não violava o PDM porque nesse caso a declaração não tinha sido aprovada, mas, de facto, o projeto carece de ser compatibilizado com a declaração de impacto ambiental, que apresenta uma série de considerações por forma a cumprirem o projeto da Zona Industrial e é com base nas considerações que a declaração exige, que está a ser feito o estudo final do projeto. -----

O Senhor Presidente esclareceu que esta questão tem sofrido várias prorrogações, não por culpa das Câmaras Municipais, mas pelo facto de haver muitos Municípios a fazer esta revisão e, ainda, porque as várias entidades, nomeadamente o ICNF e até a CCDRC, não disponibilizam os técnicos para a realização das reuniões. Mais disse que ainda hoje, dia dez de outubro, este assunto foi debatido em sede da Comunidade Intermunicipal e, tendo em conta todas estas dificuldades, é provável que mais uma vez seja prorrogado. Anteriormente cada Município tinha os seus timings, mas atualmente estende-se a cerca de trezentas Câmaras do País e, nessa medida, está convicto de que haverá mais uma prorrogação de prazo porque é impossível que todas as Câmaras consigam em tempo útil finalizar este procedimento, referiu. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra pretendeu saber se já houve alguma reunião com os Presidentes de Juntas acerca deste assunto. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal referiu que pretendem solucionar algumas situações existentes no concelho que lhes parecem importantes e fazer um estudo do território das freguesias para depois reunirem com

os Presidentes de Junta já com esse estudo feito. Algumas já estão quase concluídas, outras estão um pouco mais atrasadas porque é possível ter mais abertura para construção ou outras situações e que é importante estarem bem definidas, visto ser mais importante ter um PDM atrasado, mas bem feito, do que um mau PDM em tempo oportuno, concluiu. -----

O Senhor Presidente complementou que desde a revisão de 2016 algumas Juntas de Freguesia têm feito chegar determinadas mudanças que pretendem fazer e, portanto, de forma informal, têm mantido esse contacto, mas logicamente que terá de haver equidade e fazer cumprir o que a tutela tem definido para esta revisão do PDM. --

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues depreendeu das intervenções do Senhor Presidente e do Chefe de Divisão Técnica que, dado o ritmo dos trabalhos, estão a contar antecipadamente com mais uma prorrogação. ---

O Senhor Presidente afirmou não ter dito isso, mas sim que estão a trabalhar no sentido de concluir o processo até 31 de dezembro, no entanto, devido ao facto dos timings serem comuns a todos os Municípios, é possível haver uma prorrogação. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra considerou ser importante a comunicação com as Juntas de Freguesia e população porque o atual PDM para se edificar numa zona que não fosse o perímetro urbano das freguesias, precisava de cinco mil metros e agora não, é substancialmente mais, o que vai originar constrangimentos e, assim sendo, a população deverá ter esse conhecimento. -----

O Chefe de Divisão Técnica esclareceu que o que estão a alterar no PDM e de acordo com o falado com a CCDR, é precisamente garantir que a área mínima de construção florestal ou agrícola ser a área mínima exigível para cumprir com a área da floresta. -----

O Senhor Presidente referiu que irá averiguar o que se passa com os transportes escolares. -----

Em relação ao BUPI (Balcão Único do Prédio) estão a fazer esse trabalho junto das freguesias, tendo o Chefe de Divisão Técnica complementado que o Município de Fornos de Algodres foi o que mais matrizes fez no mês de setembro a nível nacional. -----

O Senhor Presidente afirmou ter esse conhecimento, salientando o excelente trabalho dos técnicos nesse sentido. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 24 DE AGOSTO E 21 DE SETEMBRO E DAS ATAS DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DE 19 E 28 DE SETEMBRO DE 2023 -----

O Senhor Presidente, após leitura das atas propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria a ata da reunião ordinária de 24 de agosto, com um voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido, aprovar por maioria a ata da reunião ordinária de 21 de setembro, com uma abstenção da Senhora Vereadora

Cristina Maria Campos Guerra, aprovar por maioria a ata da reunião extraordinária de 19 de setembro, com uma abstenção da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra e aprovar por maioria a ata da reunião extraordinária de 28 de setembro de 2023, com um voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido -----

Relativamente à ata de 24 de agosto, a Senhora Vereadora Cristina Guerra referiu o seguinte: “Declaro para a ata nos termos do Art.º 17 do regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, que invoco o Art.º 58.º da Lei 75/2013 voto vencido - a ata omite que o parecer do Conselho Municipal da Educação não foi presente à reunião”. Em relação às atas de 19 e 21 de setembro declarou: “as atas estão baralhadas/confusas porque as minhas declarações para a ata, inclusive voto vencido, não estão nos sítios onde ocorreram”. -----

No que concerne à ata do dia 28 de setembro referiu: “Declaro para a ata nos termos do Art.º 17 do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, que invoco o Art.º 58.º da Lei 75/2013 voto vencido - Não se verificou o cumprimento dos Art.º 6.º e 7.º do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal, bem como dos meus votos vencido no ponto 2 e 3 da convocatória.” -----

2 - PROCESSO DE OBRAS N.º 17/2023 - CONSTRUÇÃO DE UMA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DESTINADA A AVIÁRIO, SITA EM FONTANHEIRAS - MATANÇA -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o processo de obras n.º 17/2023 relativo à construção de uma exploração pecuária, destinada a aviário, nos prédios sítos em Fontanheira, Matança, inscritos na caderneta predial rústica sob os artigos 401 e 402 da freguesia de Matança e descritos na conservatória do registo predial de Fornos de Algodres sob os números 1192 e 1266, respetivamente. -----

Os prédios encontram-se, de acordo com a carta de ocupação do solo do Plano Municipal de Fornos de Algodres, classificados como “Espaço Agrícola de Produção e espaço Florestal de Produção”. A proposta de implantação do edifício encontra-se totalmente localizada em “Espaço Agrícola de Produção” em conformidade com o disposto nos artigos 29.º a 31.º do regulamento do PDM. -----

De acordo com a sobreposição da planta de implantação com a cartografia de perigosidade de incêndio florestal do concelho de Fornos de Algodres, verifica-se que a construção se encontra inserida em terreno com classe de perigosidade de incêndio muito baixa e baixa. -----

O requerente solicitou a redução, até um mínimo de 10 metros, da largura da faixa de gestão de combustível nos termos do n.º 3, do artigo 61.º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro (estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento) e posteriores alterações, que prevê que “nas obras de ampliação de edifícios inseridos exclusivamente em empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, e nas obras de construção ou ampliação de edifícios destinados exclusivamente às atividades agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal, incluindo atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da

respetiva exploração, ou de edifícios integrados em infraestruturas de produção, armazenamento, transporte e distribuição de energia elétrica, ou ao transporte de gás, de biocombustíveis e de produtos petrolíferos, pode o município, a pedido do interessado e em função da análise de risco subscrita por técnico com qualificação de nível 6 ou superior em proteção civil ou ciências conexas, reduzir até um mínimo de 10 m a largura da faixa prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1, desde que verificadas as restantes condições previstas no mesmo número e obtido parecer favorável da comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais, aplicando-se o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior”, tendo a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, na reunião de 2 de março de 2023, deliberado por maioria, emitir parecer favorável. -----

É pretensão do requerente a construção de um único edifício, destinado exclusivamente a exploração pecuária, bem como de todas as infraestruturas necessárias que funcionarão de modo autónomo, com uma área de implantação, de construção de impermeabilização de 2.324,00m², em conformidade com a Informação Prévia n.º 131/22, aprovada na reunião da Câmara Municipal de 10 de abril de 2023. -----

Deve o requerente, no caso de deliberação favorável, apresentar, no prazo de seis meses, os projetos de especialidades e pedidos de isenção necessários, que devem ser entregues em conformidade com o disposto no número 16 do anexo I (a que se refere o número 1 do artigo 2.º - Elementos instrutórios) da Portaria 113/2015, de 22 de abril e de acordo com o número 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e posteriores alterações. -----

Face ao exposto, e com base no parecer técnico do Arquiteto Carlos Gomes, disse nada ter a opor à pretensão do requerente uma vez que cumpre e encontra-se instruído com a legislação em vigor. -----

Em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido -----

----- voto vencido -----

“Declaro para a ata nos termos do Art.º 17 do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, que invoco o Art.º 58.º da Lei 75/2013 voto vencido - Não se verificou o cumprimento dos Art.º 6.º e 7.º do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal.” -----

3 - PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE - REGISTO INTERNO N.º 3739 DE 20/09/2023 -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o pedido de constituição de compropriedade requerida por Maria Isabel Invêncio da Fonseca Cardoso, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de Mário Santos da Fonseca, na proporção de metade indivisa a favor de Fernando Manuel Invêncio da Fonseca e na proporção de metade indivisa a favor de Maria Isabel Invêncio da Fonseca Cardoso, do prédio

rústico, com a área de 0,6586ha, sito em Lages, freguesia de Maceira, concelho de Fornos de Algodres, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 148. -----

De acordo com o estipulado nos números 1 e 2, do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho e posteriores alterações, disse nada ter a opor à emissão de parecer favorável da pretensão dos requerentes, propondo que o presente parecer seja sujeito a apreciação e votação em reunião do Órgão Executivo. -----

Face ao exposto e em virtude de reunir critérios adequados propôs-se parecer favorável ao pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

Relativamente a este ponto, a Senhora Vereadora Cristina Guerra referiu que, pela primeira vez, é presente à reunião de câmara um processo com princípio, meio e fim, não obstante não ter cumprido os cinco dias úteis. Finalmente o Controlo de Qualidade e o Código de Infrações Conexas foram cumpridos, concluiu. -----

A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, dar parecer favorável -----

4 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

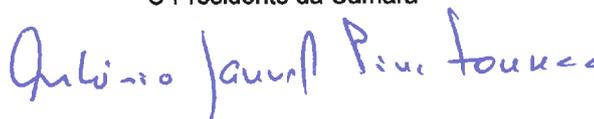
A Câmara deliberou aprovar por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido -----

----- voto vencido -----

“Declaro para a ata nos termos do Art.º 17 do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, que invoco o Art.º 58.º da Lei 75/2013 voto vencido - Não se verificou o cumprimento do número 5 do Art.º 7.º do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal no ponto 2 da ordem do dia.” -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

A Secretária

Cristina Maria Almeida Flor

(Cristina Maria Almeida Flor)